

FRIGORÍFICOS

Cenário de cautela para 2026

Segundo a Abiec, em 2025, o Brasil consolidou-se como o maior produtor mundial de carne bovina, mas protecionismo preocupa setor

» PEDRO JOSÉ*

Após registrar resultados históricos em 2025, a indústria brasileira da carne bovina iniciou 2026 em um cenário de maior cautela. Embora o Brasil tenha consolidado a liderança mundial na produção e exportação do produto, representantes do setor avaliam que a combinação de menor demanda internacional, novas barreiras comerciais, especialmente da China e União Europeia, e desafios internos têm pressionado frigoríficos e reduzido as margens da atividade neste ano.

Conforme os dados do Beef Report 2026, divulgado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), o país exportou 3,5 milhões de toneladas de carne bovina em 2025, alcançando faturamento próximo de US\$ 18 bilhões. Segundo a entidade, o Brasil também passou a ocupar a posição de maior produtor mundial de carne bovina, com produção de 12,35 milhões de toneladas, além de exportar para 177 mercados.

Apesar dos números recordes registrados no ano passado, o presidente da Abiec, Roberto Perosa, reconheceu que o cenário atual exige atenção por parte da indústria. Entre essas dificuldades estão os problemas com a China, a diminuição ou interrupção temporária de exportações para a União Europeia, além de questões geopolíticas e guerras”, afirmou o executivo. “Existe uma grande possibilidade de não conseguirmos mais vender para a União Europeia a partir de setembro, o que exigirá um período de adaptação envolvendo tanto a fiscalização do governo quanto a produção brasileira”, acrescentou.

De acordo com o Perosa, as

MAPA



Apesar de produção recorde em 2025, imposição de cotas marcam queda de exportações para a China e prejudica preços no mercado doméstico

exportações continuam desempenhando um papel importante para equilibrar os preços da carne no mercado brasileiro. “Temos uma demanda aquecida no Brasil, mas é a demanda global pela carne que viabiliza a manutenção dos preços no mercado interno. O principal mercado brasileiro é o interno, onde deixamos cerca de 70% do que produzimos. No entanto, a exportação complementa e cria

um mix que evita a necessidade de uma elevação aguda de preços no mercado interno”, afirmou Perosa.

Contudo, esse equilíbrio, historicamente sustentado pelos mercados externos, perdeu força nos últimos meses, principalmente em razão da redução da demanda chinesa, segundo Perosa. A queda nas exportações para a China se deve às novas cotas que começaram a valer desde o início do ano, de 1,1 milhão

de toneladas. Volumes que excedem esse limite serão taxados com uma tarifa de 55%.

“Esse mix, que antes trazia a garantia de uma remuneração melhor no mercado externo, hoje não existe, principalmente por conta da China. Estamos vendo diversas indústrias com muita dificuldade, seja econômica ou de compra de animais, e a maioria está trabalhando no vermelho”, disse.

Na avaliação do dirigente, o momento tem levado empresas a adotar diferentes estratégias para reduzir custos e preservar as operações. Entre as medidas estão férias coletivas, redução do ritmo de abate, readequação dos quadros de funcionários e, em alguns casos, demissões. Perosa informou ainda que, além da desaceleração das compras chinesas, o setor também enfrenta dificuldades relacionadas às restrições nas exportações

para a União Europeia e aos impactos provocados pelo cenário geopolítico internacional. “Cada indústria adota sua própria estratégia para tentar passar por esse período de baixa demanda da Ásia e enfrentar as dificuldades vislumbradas à frente.

Apesar do cenário de curto prazo mais desafiador, os dados do Beef Report apontam que a demanda mundial por proteína animal deve continuar crescendo nos próximos anos, especialmente, na Ásia. A entidade avalia que avanços em produtividade, sustentabilidade, rastreabilidade e abertura de novos mercados continuarão sendo fundamentais para manter a competitividade da carne bovina brasileira no comércio internacional.

Outro indicador apontado pela entidade foi a participação recorde das fêmeas no abate formal, que alcançou 46,8% em 2025. Segundo a Abiec, o resultado está relacionado ao avanço do descarte técnico e aos ganhos de produtividade dos rebanhos.

O impacto econômico da cadeia da carne bovina também cresceu. Segundo o Beef Report, o setor movimentou mais de R\$ 1,15 trilhão em 2025, passando a representar 9% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na área ambiental, o estudo de descarbonização incorporado ao relatório projeta uma redução de pelo menos 79,9% na intensidade das emissões de gases de efeito estufa por quilo de carne produzida até 2050. Caso sejam alcançadas metas como desmatamento zero, ampliação das tecnologias previstas no Plano ABC+, redução da idade de abate e adoção de aditivos para mitigação das emissões de metano, essa redução poderá chegar a 92,6%.

DESMATAMENTO

Senado aprova redução de 40% de Flona no PA

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O Senado Federal aprovou, na quarta-feira, um projeto de lei que vai na contramão da agenda de preservação do meio ambiente e combate ao desmatamento, pois permite a redução dos limites da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará, para o uso agropecuário. O texto autoriza, explicitamente, a exploração humana.

A matéria transforma cerca de 486 mil hectares em Área de Proteção Ambiental (APA), o que corresponde a quase 40% do total. Apesar do nome, a APA é uma categoria com regras ambientais menos rígidas que facilitam e regularizam a exploração humana, como a mineração e a agropecuária. A área desmembrada representa um pouco menos que o tamanho do Distrito Federal (576 mil hectares).

A área foi criada em 2006 como uma forma de diminuir a degradação ambiental na região provocada pela Rodovia BR-163, que corta o lugar desde 1976. No governo

Lula, cerca de 1,3 milhão de hectares da Floresta Amazônica passaram a ser chamados de Flona do Jamanxim. Com a separação, essa região passará a ter uma extensão de 815 mil hectares.

De acordo com a especialista de Políticas Públicas do WWF-Brasil, Clarissa Presotti, existem estudos que revelam que a recategorização de regiões de conservação é acompanhada pelo crescimento da degradação do ambiente. “A tendência é de aumento da pressão pelo desmatamento. A própria história do Jamanxim mostra isso. As áreas que agora se pretende transformar em APA concentram boa parte do desmatamento ocorrido desde a criação da Flona e continuaram sendo desmatadas ao longo dos últimos anos, muito em função da expectativa de regularização”, explicou.

O projeto é de autoria do deputado federal Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) e foi aprovado no Senado sem alterações do texto original da Câmara. Agora, a matéria segue

Tânia Régio/Agência Brasil



Entrada para os pavilhões da Conferência do Clima em Belém

para sanção presidencial. O presidente Lula terá 15 dias úteis para vetar ou sancionar o PL.

Para o relator da matéria no Senado, Jader Barbalho (MDB-PA), o texto pretende resolver conflitos fundiários preexistentes. “A medida favorece uma gestão territorial mais estável e compatível com o desenvolvimento sustentável regional, uma vez que disciplina ocupações

consolidadas e reconhece atividades produtivas preexistentes, sem perder de vista a proteção ambiental”, disse o parlamentar.

Clarissa Presotti destacou que as disputas por terra ocorrem há décadas, não apenas na Flona do Jamanxim, mas em diversas regiões do país. No entanto, ela defende que existem outras formas de enfrentar esse problema. “É verdade



O Brasil acabou de sediar a COP30 e assumiu diante da comunidade internacional o compromisso de fortalecer a agenda climática, combater o desmatamento e proteger a Amazônia”

Clarissa Presotti, especialista de Políticas Públicas do WWF-Brasil

que existe um problema fundiário na região, mas reduzir uma unidade de conservação não resolve a origem desse problema. O que faz é regularizar parte das ocupações por meio da diminuição da proteção ambiental. Regularização fundiária e conservação não são agendas incompatíveis. O que não pode acontecer é transformar uma unidade de conservação em solução para ocupações ilegais”, avaliou.

No entender de Presotti, a aprovação do projeto está em desacordo com os compromissos firmados pelo Brasil nos últimos anos. “O Brasil acabou de sediar a COP30 e assumiu diante da comunidade internacional o compromisso de fortalecer a agenda climática, combater o desmatamento e proteger a Amazônia. Ao mesmo tempo, aprovou um

projeto que reduz em 37,4% uma unidade de conservação na Amazônia”, apontou ela citando a 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas, realizada em Belém, em novembro passado.

Para ela, a matéria gera um precedente preocupante sobre as áreas de preservação. “A mensagem é de que áreas protegidas podem ser reduzidas para acomodar ocupações ilegais, o que enfraquece a política ambiental brasileira, compromete a segurança jurídica das unidades de conservação e coloca em dúvida a coerência entre os compromissos assumidos pelo país e as decisões tomadas internamente”, ressaltou.

***Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel**

No dia **21 de abril de 2027**, a maior celebração do esporte retorna à Esplanada dos Ministérios, em Brasília. **Dos 3km ao desafio supremo dos 42km**, estaremos juntos, mais uma vez, para irmos além.